ACÓRDÃO DA 2ª CAMARA	**:**	**AC02-G.ICN-312/2014**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/120053/2012
PROTOCOLO	**:**	1360029
ÓRGÃO	**:**	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA
ORDENADOR DE DESPESAS	**:**	JOSÉ GARCIA DE FREITAS
CARGO DO ORDENADOR	**:**	PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	PROCESSO LICITATÓRIO
RELATOR	**:**	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	**:**	PREGÃO PRESENCIAL N° 082/2012
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	**:**	FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICO EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS.

EMENTA. 1ª FASE. FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICO EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS. REGULARIDADE E LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REALIZADO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL. PROSSEGUIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos relativos ao exame do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial n° 082/2012, iniciado pelo Município de Paranaíba - MS, submetidos à apreciação da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul;

Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, reunidos na 9ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, realizada no dia 24 de junho de 2014, em votação unânime e acolhendo o r. Parecer do Ministério Público de Contas, nos termos do relatório e voto do Relator que integram o presente, ajustado às novas disposições regimentais, ACORDAM em:

> 1 – Declarar a legalidade e regularidade do Procedimento Licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 082/2012, iniciado pelo MUNICÍPIO DE PARANAÍBA - MS, CNPJ/MF nº 03.343.118/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. José

Garcia de Freitas, CPF/MF n° 338.517.941-68**,** com fundamento no artigo 21, inciso II e artigo 59, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 13, inciso II, alínea "a", artigo 120, inciso I, alínea "a", artigo 122, incisos I e II e artigo 171, da Resolução Normativa TC/MS nº 76, de 11 de dezembro de 2013;

2 – Determinar o retorno destes autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo - ICE para que aguarde as formalizações dos respectivos contratos, nos termos do artigo 84, parágrafo único, inciso II, alínea "a" c/c o artigo 120, § 2º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 – Intimar os interessados acerca do resultado deste julgamento, em conformidade com o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar nº 160, de 02 de Janeiro de 2012, c/c o artigo 99, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande/MS, 03 de julho de 2014.

Marisa Joaquina Monteiro Serrano

Conselheira-Presidente

Iran Coelho das Neves

Conselheiro-Relator

Joaquim Martins de Araújo Filho

Conselheiro Substituto

Terto de Moraes Valente

Representante do Ministério Público de Contas